

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

O CEARÁ ANTECIPA-SE À ABOLIÇÃO NO PAÍS.
A SÊCA AINDA FAZ ESCRAVOS NO
NORDESTE (*).

JOSE' ALVES DE FIGUEIREDO FILHO

da Faculdade de Filosofia do Crato e do Instituto
Cultural do Cariri (CE).

O Ceará, após intenso movimento abolicionista, partido de sua capital, onde houve lances de heroísmo e de abnegação, libertou seus cativos, antes de todo o Império, a 25 de março de 1884. O fato é muito discutido e explicado pelas condições econômicas do meio, ocasionadas pela grande seca de 1877 a 1878, desarticulando tôdas as fontes de produção da província ou dizimando, pela morte, ou pela emigração, parte importante de seus habitantes. Mas, o instinto do cearense, em geral, foi sempre abolicionista. Já em 1850, o representante do cearense, em geral, foi sempre abolicionista. Já em 1850, o representante do Ceará, Pedro Pereira da Silva Guimarães, na Câmara Geral, apresentava decreto a fim de facilitar a abolição total, a curto prazo. Propunha a lei do ventre livre, a libertação dos sexagenários e a proibição da venda, em separado, de cativos casados. Suas palavras receberam sarcasmos, e o próprio presidente da Câmara, Barão de Cotegipe, com o peso de seu prestígio, comandou o ataque:

“àquêle homem não está em ordem”, “expressão que a maioria gritava encolerizada” (*Abolição no Ceará*. 1956 — Raimundo Girão).

Na realidade, a seca facilitou a venda de escravos no interior cearense. E êsse comércio infame, após o decreto proibindo o tráfico de cativos, procedente da África, era feito por mascates italianos. Compravam mercadoria no sul do país e trocavam por escravos, no inte-

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 6 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

rior do Ceará, despachando-os em navios, até São Paulo, onde os cafêzais tinham fome de braços. Então, as cargas e descargas se faziam na capital cearense, através de jangadas, ou botes. Foi o grito de simples jangadeiros, até com prejuízo em seus ganhos, comandados por Nascimento, filho do povo, a demonstração mais viva e mais heróica do abolicionismo, em terras cearenses.

— “Aqui não se embarca mais escravos”, disseram êles, secundados pelas sociedades emancipadoras e pelo povo em geral. E nenhuma embarcação, quer de pequeno calado ou grande, daí em diante, transportou sequer um cativo para o sul, ou mesmo os poucos que deveriam seguir para o extremo norte. A polícia, com tôda a sua prepotência, não foi capaz de impedir tão heróica e decisiva resolução, apoiada, acima de tudo pela audácia da Sociedade Libertadora Cearense. O batalhão do exército, aquartelado em Fortaleza, com tendência abolicionista, foi transferido para o Norte.

O movimento anti-escravocrata, com intensidade, não se limitava só à terra alencarina. Inflamava o Brasil inteiro, especialmente a classe intelectual. José do Patrocínio enxergou bem o Ceará, em ebulição contagiante, saiu de sua intensa luta no Rio e visitou Fortaleza. Joaquim Nabuco impressionou-se com o caso cearense e deu-lhe o completo apóio, com tôda a sua veemência. Tôdas as classes, exceção única das vinculadas na manutenção da escravatura, pelo lado econômico, ou de caráter oficial, aderiram à campanha abolicionista. Particulares e instituições múltiplas libertavam seus negros. As mulheres organizavam festas beneficentes ou vendiam as próprias jóias e com o produto compravam escravos a quebrar-lhes os grilhões.

Alguém tenta esquecer a Igreja, naquela campanha. O segundo bispo do Ceará, paulista da gema, escolhido em Campinas, ainda naquela opulenta cidade, em 9 de dezembro de 1883, antes da libertação dos cativos em tôda a diocese, que iria dirigir com tanta sabedoria e abnegação, enviou pastoral a seus futuros diocesanos, parte dela exaltando a luta anti-escravagista, que já se fazia sentir em todos os recantos do país. Vi e copiei trecho daquele bem feito documento eclesiástico, do Livro de Tombo da Paróquia de Várzea Alegre, a mim cedido gentilmente, pelo vigário — Pe. João Mota. Citarei o mesmo (colhido na Pastoral de D. Joaquim José Vieira), por mercê de Deus e da Santa Igreja Católica, bispo de Fortaleza, do Conselho de sua Majestade, o Imperador:

“Dentro de poucos dias nossa Diocese formará uma só família de irmãos com irmãos com os mesmos direitos e iguais deveres: não haverá mais um só escravo, todos serão cidadãos brasileiros. A nós talvez esteja reservado a alegria infável de entoar

o *Te Deum Laudamus* em ação de graças por tão assinalado benefício: os desejos e aspirações da Santa Igreja Católica ficarão assim realizados.

Ao cearense está por certo reservado um lugar de honra na História da Pátria agradecida. Não basta assim, porém, que tenhais procedido tão nobremente, Amados Diocesanos; é necessário ainda continuar a vossa grande obra, educando essas criaturas no conhecimento dos deveres religiosos e sociais e ensinando-lhes a trabalhar para serem úteis a si e a seus semelhantes.

Saudamos-vos, pois, Amados Filhos, pedimos ao Divino Salvador vos conceda a graça da perseverança, em tão levantados sentimentos.

Sem esta virtude, vossa grandeza de alma desaparecerá e a benção de Deus se apartará de vós, deixar-vos-á entregues a vós mesmos e vosso caráter degenerando-se, trará a corrupção e pusilanimidade; vosso nome, ora glorioso, perderá tantos louros colhidos. Perseverai na Fé que transmitiram vossos pais, porque aquele que perseverar será salvo”.

Essa consideração tão sensata era igualmente a preocupação dos homens de certa visão que lutaram pelo abolicionismo, não só do Brasil, como dos Estados Unidos da América. Como encarariam a vida aqueles habituados à prepotência dos patrões, sem ofício certo e totalmente analfabetos? Até entre beneficiados pela emancipação, excepcionalmente já instruídos, preocupavam-se com tão melindrosa questão.

A influência nefasta da escravidão se fêz sentir no meio dos homens livres do Brasil e no sul dos Estados Unidos. Escusavam-se do trabalho pesado, achando-o desdouro, digno apenas para o elemento servil. São Paulo, com sua intensa infiltração de imigrantes, vindos da Europa, foi a primeira unidade nacional a livrar-se dêsse nefasto preconceito. No Nordeste perdeu por muito tempo na classe mais afortunada. Com o exemplo do estado líder da Federação e com as vias de comunicação, que se multiplicam em todo o país, o velho tabu está em vias de extinguir-se. O prêto, só agora, depois de parcialmente educado, tem demonstrado suas habilidades em todos os ramos da atividade humana, notadamente no esporte, música, outras artes, e na própria literatura. Não pode ser considerado de raça inferior, como os sulistas da América do Norte o julgam erradamente, pagando a grande nação, com isso, pesado tributo de sangue e de prestígio.

D. Joaquim José Vieira não errou na profecia, ao anunciar que rezaria o *Te Deum Laudamus*, no dia da festa da abolição do Ceará. Não só o entoou solenemente, como trabalhou em prol dos

anseios de tôda a população cearense, ou por outra, de quase a totalidade da população brasileira. Vejamos parte de sua Pastoral, de 3 de maio de 1884, com o sub-título *Trabalho*, e datada da sede da Diocese — Fortaleza:

“Abristes, Amados Diocesanos, uma nova ra nos fastos históricos da Pátria querida: cumpristes com a Religião do Crucificado, restituindo o direito de igualdade a todos os nossos irmãos; na vossa província não há mais escravos, todos são irmãos. Que belo espetáculo! Que triunfo esplêndido! Que vitória invejada pelas províncias irmas!

Não há expressões bem enérgicas, nem louros bastantes para coroar-vos s a história, só a posteridade saber agradecer-vos e fazer a devida justiça.

Mas, queridos Diocesanos, depois de glórias tantas não deveis adormecer-vos no meio dos louros, no ruído das palmas; há muita coisa a fazer, o trabalho  inerente à natureza humana; por mais que faça o homem, jamais poderá libertar-se dessa pena imposta pelo Criador no parao terrestre”, tu comers o pão com o suor do teu rosto”.

Esta sentença fulminada pelo Criador contra a criatura rebelde, deve cumprir-se sem que pese o egomo humano.

“Tu violaste o meu mandamento, disse Deus ao primeiro homem. Eu te condeno a suportar o jugo servil de uma vida laboriosa”.

Esta sentença divina que vimos repetida no bca de um prelado vigilante, inteligente e santo, o segundo Bispo a ocupar a diocese cearense, poderia ser destinada a tôda a humanidade. Por isso, o mais forte não pode dominar o mais fraco, se não lhe oferecer as condições para viver, com ombridade.

A luta emancipacionista foi monumental e não exclusivamente emanada da classe intelectual. O povo humilde em si, tomou parte ativa, na mesma, tendo por cérebro a sua capital — Fortaleza. O decreto de emancipação teve a assinatura do então presidente da Província, o baiano Sátiro Dias. O Bispo, natural de São Paulo, como vimos, ajudou-o no coroamento da campanha. Este presidiu o comovente gape oferecido aos amigos da cidade fortalezense, em comemoração ao dia glorioso da abolição, que repercutiu por todos os quadrantes da Pátria. Antes de 25 de março de 1884, municípios, particulares e entidades associativas, emanciparam seus cativos. Senhoras vendiam suas próprias alianças para tão alta finalidade.

A comuna pioneira foi Acarape, que recebeu o nôvo topnimo de Redenção, em homenagem ao grande feito. O abolicionista José

do Patrocínio e o herói cearense da guerra do Paraguai, intelectual, General Tibúrcio, assistiram o grande ato, que teve a participação e o regozijo de toda a população da vila, além dos principais anti-escravagistas, de Fortaleza.

No tempo da ocupação holandesa no litoral cearense, narra-se a presença de negros cativos, não só entre portugueses, como entre flamengos. Estes alimentaram a escravidão durante o seu domínio no Nordeste, aprovada e incentivada pelo tão decantado — Conde Maurício de Nassau.

No Cariri, que fica no sul do Ceará, tudo indica que teve início com a vinda para a exploração de mineração de ouro, em Missão Velha. Após o fracasso da extração do precioso metal pelo governo de Pernambuco, então administrando o Ceará, foi organizada sociedade por quotas, em Recife para tal finalidade. Na História do Ceará, de Raimundo Garcia narra à página 134 em torno dessa Companhia do Ouro:

“Redigida as cláusulas do contrato da Companhia do Ouro, datada de 3 de agosto de 1756, coube o cargo de administrador, ao sócio capitão Antônio José Viçoso, que a 19 de novembro de 1756, saiu de Recife, com uma expedição, levando 74 escravos dos quais chegaram apenas sessenta e nove”.

Dita mineração fracassou por falta de rendimentos e péssima direção. Muitos daqueles negros foram alugados pelo dirigente a agricultores e criadores locais. Retornaram depois a Pernambuco, não deixando de ficar, na terra tão boa, alguns deles, como igualmente sua influência.

O engenho de rapadura ou de aguardente, de rendimento econômico diminuto, não permitiu a importação de crescente número de negros. Parece-me que vieram mais, na qualidade de mestres de rapadura ou especializados em certas coisas peculiares à moagem, procedentes da zona da mata pernambucana, ou do Recôncavo Baiano, onde imperava, onipotente, a cana-de-açúcar. Na realidade, porém, é que a quantidade relativamente diminuta dos escravos que o sul cearense possuía, alcançavam preços exorbitantes, em relação à cotação de qualquer produto, a ser negociado. Para melhor comprovar o fato, ouviremos o emérito historiador caririense, já falecido, Irineu Pinheiro, em seu livro *O Cariri*:

“Só era caro o escravo, cujo preço atingia a centena de mil réis. Do inventário que lí, deduz-se que, no Cariri nunca houve proprietários de cativos”.

Os negros não se tornaram indiferentes à luta contra sua própria escravização. Houve quilombos, em Sobral, como em qualquer outro recanto do país. A guerra dos Palmares, em Alagoas, abalando a dominação portuguesa e holandesa, durante quase um século de verdadeira epopéia de cativos, foi seguida de vários quilombos, prova evidente de que a raça, procedente da África, ansiava pela liberdade, como qualquer outra, que egoisticamente se proclama detentora exclusiva da civilização e dos princípios de independência.

Não se pode falar no abolicionismo do Ceará, sem salientar os rasgos de temeridade da Libertadora Cearense, que chegava até a roubar escravos, escondê-los e depois encaminhá-los ao interior, a lugares protegidos por correligionários influentes. Certa feita, firmaram documento de ameaças até de morte, a senhores do Piauí, oferecendo como salvo-conduto a negros que foram capturados, no Ceará, e forçados ao retôrno a suas fazendas. E nada sofreram os miseráveis, pois temeram a vingança que os atingiram, mesmo longe, de Fortaleza. O modo de agir da sociedade anti-escravagista corria longe e espalhava-se pelas províncias vizinhas.

No Ceará houve trabalho livre, bem difundido, antes de 1884. José Martiniano de Alencar, herói da revolução de 1817, proclamando em Crato a independência e república, a 3 de maio daquele mesmo ano, sofrendo com a família e amigos, longa prisão em Fortaleza e na Bahia, ocupou, entre 1834 e 1837, a presidência do Ceará. Tentou êle a introdução de colonos estrangeiros na província, então em grande interregno do fenômeno das sêcas. Nos homens aliciados para a defesa da efêmera república pernambucana de 17, a defendê-la em minha cidade, não havia um único escravo, entre os moradores da opulenta família Alencar. Por ocasião da guerra de Secessão dos Estados Unidos da América, quando o algodão do sul faltou para a indústria do Norte dominado por Lincoln, o produto passou a ser procurado fora do país, em conflito. Pelo comércio intenso com o exterior o Nordeste sobremodo aumentou seus algodoads e não foi com o trabalho escravo, e sim com braços remunerados e relativamente compensadores, para o tempo. Terminada a luta na Norte América, houve naturalmente o colapso da cultura algodoeira, entre nós. Em tudo há exceção, que aparece para destoar da unidade.

Milagres, município, bem do Cariri cearense, não sintonizou com o decreto abolicionista de 25 de março de 1884. Bolsista americano, em suas pesquisas de arquivo, descobriu documentos reveladores da infração e encaminhou-os ao Instituto do Ceará, entidade que congrega os principais cultores da História, no Estado. Houve sérios debates, em tôrno do assunto. A respeito do caso sensacional, o professor Djacir de Meneses, dos vultos de destaque da cultura cearense, de

nome internacional, atual reitor da Universidade Federal da Guanabara, escreveu artigo minucioso. Ele mesmo adquiriu parte do jornal, rasgado, sem o nome, comprovando as pesquisas de Bil Chandler, bolsista da Universidade Americana e que se casou até, na cidade de Juazeiro do Norte. Para melhor elucidação, convém passar a palavra ao jornal do Rio de Janeiro, cujo nome ficou olvidado:

“Com imenso júbilo abrimos espaço à seguinte carta, que ontem recebemos do Ceará: Não resta mais escravo algum no Ceará. Cêrca de 180, que estavam retidos em Milagres, na extrema dessa Província com a Paraíba acabam de ter suas cartas alforriadas, como os demais da Província, segundo comunicação do respectivo coletor ao Presidente Sátiro Dias, e trancada a matrícula do município, aquêles infelizes deixaram todavia de ter suas cartas. Sustentavam os pretensos senhores, no seu arrependimento, o juiz municipal do têrmo, o Dr. Cartaxo, que se comprometia pelas anulações das alforriás como preço da eleição do Dr. Ratisbona.

Perdida, porém, a esperança de que êste conseguisse a restauração da sacrílega propriedade, os detentores abriram mão da presa! — Concorreu também para êste resultado o fisco provincial, apertando-os pelo pagamento das taxas, que em tais casos deviam pagar. Já o presidente Torreão teve comunicação dêste fato deixando de instruir-se em Milagres o registro de matrícula do regulamento Prado. — Está, pois, completa a obra de remissão dos cativos no Ceará, se é que 23.000 escravos, postos em liberdade, não bastavam, fazendo mal à glória da Província aquela parcela diminuta. — A demora na conclusão dêste negócio deve-se à preponderância do partido Zé, que afinal foi vencida. Ceará, 21 de dezembro de 1886. — Um amigo”.

Conclui o jornal dizendo que esta carta

“firmada por um cearense notável, a quem deve a Província muitos e importantes serviços”.

Os senhores de engenho, com exceções, mantiveram por muito tempo, outro gênero de escravidão, fora da lei, assenhoreando-se de tôda a vida do morador, dando-lhes o mínimo de direitos. Na zona da mata pernambucana e nos brejos da Paraíba, conforme denúncias de intelectuais do porte de Gilberto Freyre, ou de José Américo de Almeida, sucedia o mesmo, com a agravante de não darem os senhores, nem uma nesga de terra para outras culturas, fora da cana-de-açúcar.

Para salvar os acontecimentos de Milagres, devo citar o modo de proceder anti-escravagista do Cel. Antônio Leite Rabello, proprietário do sítio Socorro, hoje sede de distrito. Conforme me disse pessoalmente o historiador — Pe. Antônio Gomes de Araújo — dos maiores pesquisadores da História, no sul cearense — aquêlé recebia os escravos fugitivos, em sua fazenda e às ocultas, os enviava ao Icó, onde parentes seus, tão abnegados e corajosos quanto êle, os recambiava para Fortaleza, onde a luta abolicionista estava no apogeu.

Infelizmente, a sêca periódica no Ceará, como aliás em todo o Nordeste, tem sido a causa de muitas condições nefastas para fazer de suas vítimas novos escravos, até nos tempos atuais. Nos seringais da Amazônia, até há bem pouco, isolados do mundo, os pobres homens, fugidos da calamidade climática nordestina, em condições adversas, ilhavam-se a tirar borracha, dependendo exclusivamente do patrão. Este, cercado de capangas armados, tinha o direito de vida e de morte sôbre aquêles infelizes, isso quando os inglêses não haviam eliminado pela concorrência aquele produto extrativo brasileiro. Após a queda da borracha, foi a debandada geral daqueles confins, sem dinheiro, parte daquela gente retornando ao Ceará a outra ali permanecendo sob mil agruras, como verdadeiros párias, em pleno século XX.

Ainda há poucos dias, vi reportagem em jornais, relatando fatos de vendas de cearenses em paragens longínquas, para o trabalho escravo, como se estivéssemos antes de 1888. No matutino associado, de Fortaleza, o *Unitário*, que circulou a 18 de julho do presente ano, página inteira relatava fato sensacional, com os seguintes títulos e sub-títulos, em letras garrafais: *Rico fazendeiro reimplanta escravatura — Pau-de-arara vende cearenses no Maranhão*.

A reportagem, documentada com clichês, mostrava ao vivo as desventuras daquela gente fugitiva da calamidade de 1970. Simples trecho da reportagem que copiarei, fala bem alto do caso:

“Trabalhadores cearenses estão sendo transformados por um rico proprietário de terras no Maranhão e passando as maiores privações, num regime de cativeiro dos mais inclementes. São levados de Fortaleza, em pau de arara, despertados pela possibilidade de melhorar de vida e com passagem gratuita. O intermediário afirma que naquele Estado, terão diárias altas e refeições, além de outras vantagens garantidas para um trabalho que não será excessivo. Com essa expectativa, muitos foram para a fazenda *Santana do Piauí*, submetidos a regime de escravidão e sem condições de mudar”.

O jornal relata que, pelo emprêgo de estratagemas, conseguiram fugir e retornar ao Ceará.

Não há maior contraste e nem fato mais entristecedor, do que escravizar-se a mesma gente que se tornou a pioneira da emancipação do elemento cativo em todo o Brasil. Tudo isso é o efeito natural da calamidade climática que nos açoita, de quando em quando.

Mas, acredito em Deus que tudo tende a transformar-se. As vias de comunicação aceleram-se e estão a ligar o Brasil de norte a sul, de leste a oeste. Os novos planos do govêrno são animadores em todos os setores da vida nacional. Já se pode respirar otimismo. O trabalhador, em breve, terá promissoras condições de vida. O trabalho livre, bem compensador, prevalecerá no país, destruindo por completo, todo o resquício de escravidão, desta opulenta nação brasileira.